# Aplicação do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica às Execuções Fiscais

## Novo CPC

Segurança jurídica

Contraditório

## X

## Execuções Fiscais

Interesse público

Celeridade processual

**IDPJ**

(arts. 133 e ss., NCPC)

**REDIRECIONAMENTO**

(art. 135, III, CTN e Súmula 435 do STJ)

**Problema**:

Responsabilização de sócios em Execuções Fiscais sem oportunização do contraditório.

**Por que é um problema?**

Porque gera insegurança jurídica, desincentiva o empreendedorismo e não garante o direito constitucional à ampla defesa.

**Solução:**

Aplicar o IDPJ às Execuções Fiscais, tendo em vista que a Certidão de Dívida Ativa, pressuposto da Execução Fiscal, é título executivo extrajudicial (art. 134, NCPC).

**Por que é a solução?**

Porque concretiza o direito constitucional à ampla defesa (art. 5º, LV, CF) e possui previsão expressa no NCPC.

**Por que a solução ainda não é aplicada?**

Porque entendimento em sentido contrário foi consolidado pela jurisprudência antes da vigência do NCPC.

- Métodos de pesquisa utilizados: dialético e dedutivo, com coleta de jurisprudência.


- Pesquisadora: Lívia Candido Balus
- Professor orientador: Sérgio Luís Wetzel de Mattos